



Plano de Acção Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

Ribeira Brava

2017 - 2020

Diagnóstico Social (sintético)

Orientações Estratégicas

Eixos Estratégicos

| |
|--|
| <p align="center">PLANO DE ACÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESAVORECIDAS DA RIBEIRA BRAVA</p> |
|--|

| | |
|----------------------------|-----------------------------------|
| Sigla | PAICD RIBEIRA BRAVA |
| Nome da Instituição | Câmara Municipal da Ribeira Brava |



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Preâmbulo | 3 |
| Enquadramento estratégico do PAICD | 7 |
| O diagnóstico social da Ribeira Brava: o diagnóstico sintético | 12 |
| A metodologia utilizada para recolher a informação..... | 13 |
| Tendências demográficas | 15 |
| Idosos | 15 |
| Crianças e jovens..... | 16 |
| Família e comunidade | 17 |
| Toxicodependentes | 18 |
| Serviços Sociais no concelho da Ribeira Brava | 18 |
| Programas Sociais da Autarquia | 20 |
| Conclusão..... | 22 |
| O PAICD como instrumento de intervenção social | 26 |
| Orientações estratégicas do PAICD da Ribeira Brava..... | 28 |
| Eixos de intervenção específicos..... | 29 |
| Eixo 1: Família e Comunidade | 30 |
| Eixo 2: Idosos..... | 32 |
| Eixo 3: Equipamentos de Tempos Livres e outras respostas sociais adequadas ao perfil e necessidades da população do Concelho..... | 33 |
| Eixo 4: Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional..... | 34 |
| Eixo 5: Reforço da capacitação institucional e interinstitucional da CM Ribeira Brava | 35 |
| Bibliografia..... | 36 |



Preâmbulo

Estamos profundamente convencidos de que o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são componentes interdependentes do desenvolvimento sustentável e fortalecem-se mutuamente, o que constitui o quadro dos nossos esforços no sentido de alcançar uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas. Um desenvolvimento social equitativo que reconheça aos pobres o poder necessário para utilizar de modo sustentável os recursos ambientais, é o fundamento necessário do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos também que para sustentar o desenvolvimento e a justiça social é necessário um crescimento económico alargado e sustentado, no contexto do desenvolvimento sustentável.”

(Declaração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Copenhaga 1995).

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), tem por propósito planear a acção da autarquia no que diz respeito ao desenvolvimento social do concelho, enquadrando-a numa perspectiva estratégica e dela resultante, a curto e médio prazos.

Enquanto ferramenta estratégica, o PAICD da Ribeira Brava foi concebido tendo em consideração, por um lado, as necessidades do concelho nas áreas a que diz respeito e, por outro lado, o resultado do confronto entre a urgência relativa da sua concretização e a oportunidade de afinar instrumentos de análise e de reflexão concelhia nesta área com vista a uma acção potenciadora da melhoria da prestação do concelho na área social. Sendo assim, o PAICD da Ribeira Brava constitui-se como um instrumento de planificação essencial de carácter abrangente, definindo nesse sentido os objectivos estratégicos enquanto áreas generalistas interdependentes, tendo cada um adjacente os eixos estratégicos específicos. Dele releva, não obstante, as limitações existentes na sua



concretização – relacionadas com a ausência de documentos analíticos aprofundados ao nível do Poder Local, para além da urgência na sua realização impor um calendário de execução exigente.

Na medida em que é um instrumento prático, o PAICD incorpora a dimensão operacional da intervenção. Para esse efeito, procede à apresentação das acções associadas a cada eixo estratégico. Como instrumento de execução, assinala as acções prioritárias – definidas através da relação entre a urgência das diversas intervenções sociais em conjugação com a possibilidade e oportunidade material de realização das mesmas. Nesta óptica cabe destacar, por um lado, que o PAICD constitui-se também como um potencial instrumento facilitador do reforço da capacidade financeira da autarquia – por via da sua relação com a estratégia de coesão europeia e, plasmado no CompromissoMadeira@2020 - e, por outro lado, que o âmbito de actuação da Câmara Municipal da Ribeira Brava está limitado às competências atribuídas às autarquias na Região Autónoma da Madeira (RAM).

De facto, se é certo que no continente português verifica-se como prática assente a delegação de competências entre os órgãos do Estado e os órgãos das autarquias locais, visando a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, através da outorga de contratos inter-administrativos, com particular ênfase no âmbito das funções económicas e sociais, na RAM constata-se a concentração de competências, nestas mesmas áreas, nos órgãos próprios do Governo Regional.

O PAICD, enquanto documento definidor da relação entre a União Europeia e o nível de governação Local no que concerne à área social - dado que procede à contratualização de objectivos sectoriais com vista à comparticipação comunitária –, é devedor da estratégia Europa 2020, resultante do Tratado de Lisboa, a qual tem como objectivo o desenvolvimento assente num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Dizendo directamente respeito ao último pilar, caracteriza-se contudo pelas relações de interdependência com o crescimento inteligente (crescimento económico) e o crescimento sustentável (crescimento ecológico). Por este motivo, este plano funda-se



na perspectiva de que as acções previstas devem considerar antes de mais o seu contributo para diminuir as necessidades sociais identificadas - geradoras de ciclos perpétuos de situações de carência social -, desenvolver competências pessoais e sociais nos grupos-alvo do serviço social, juridicamente tipificadas, mas também devem contribuir para o reforço da oferta de soluções inovadoras dirigidas à generalidade da população.

A marca inovadora que decorre da perspectiva acima referida dota o PAICD de um carácter estruturador da actuação da autarquia na área social e estruturante da inovação necessária da prestação do município nesta área, devendo nesta matéria abranger a acção da edilidade municipal *per si* e dos parceiros sociais, locais e regionais – assim constituídos enquanto portadores de conhecimento técnico, de acordo com a relação de parceria instituída e em correspondência com as necessidades municipais identificadas. Por outro lado, de regresso a um plano macro ao nível estratégico, este plano contribui para a reflexão em torno da possibilidade de actuação da autarquia nesta área, como resposta às necessidades sociais, tornando-se neste campo relevante a análise em torno das oportunidades existentes à data, da estrutura de competências da Câmara Municipal, relacionada com a anterior e enquadrada na dinâmica regional da RAM e dela dependente em última instância. Neste âmbito, embora as acções passíveis de concretização pela autarquia encontrem-se limitadas pelo enquadramento jurídico regional, o ponto de vista técnico sugere um grau maior de aproximação entre os decisores públicos, as instituições parceiras e as populações. Resulta de um estudo comparativo que no continente português e na Região Autónoma dos Açores, esta perspectiva técnica está plasmada em maior descentralização de competências, nas autarquias, enquanto Administração autónoma, que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem e que definem autonomamente e com independência a sua orientação e atividade, pelo facto de se encontrarem a um nível de maior proximidade das populações e com mais capacidade material de actuação.

Tendo presente a sua natureza reflexiva e operacional, bem como o seu propósito de contribuir para o reforço da Coesão no espaço da União Europeia, enquanto instrumento Local de aplicação da estratégia europeia, o PAICD deve convocar os contributos dos



parceiros sociais relevantes, ao mesmo tempo que deve reflectir as oportunidades de intervenção resultantes dos instrumentos de análise da realidade concelhia, através dos quais se formalizam os contributos da população. Desta forma, está o PAICD da Ribeira Brava metodologicamente adequado às características de realização dos planos desta natureza e, num âmbito mais geral mas de importância matricial, à definição de coesão social e territorial presente na estratégia europeia, a qual, para que se efective, adopta com carácter obrigatório uma metodologia assente na participação dos parceiros e dos cidadãos na fase de definição dos objectivos.

A componente metodológica trata precisamente dos aspectos relevantes de organização e concretização do plano, definindo as fases de realização, as ferramentas utilizadas, bem como os momentos de interacção com os parceiros. Estando o tipo de técnicas a utilizar dependente dos recursos e do tempo disponível – tenhamos presente que 2017 é o ano do início da sua execução – este plano parte do conhecimento da existência de métodos qualitativos efectivos relativamente à auscultação dos parceiros e, por conseguinte, o reforço do sentimento de co-responsabilização nos mesmos, compondo-se no essencial pela organização de “workhop’s” e seminários nos quais tomam parte as entidades relevantes para o concelho, destacando-se entre estes a metodologia SPIRAL - *Societal Progress Indicators for the Responsibility of All*. No entanto, estas metodologias utilizadas para a realização do Diagnóstico Social dividem-se em fases de concretização relativamente demoradas – cerca de um ano - para o tempo de que dispomos para a realização deste plano. Assim sendo, a concretização do PAICD da Ribeira Brava assentou em quatro fases: a) diagnóstico parcial da situação social; b) análise e propostas; c) discussão e aprovação; d) Relatório Final e execução.

No entanto, sublinhe-se que as fases são interdependentes e não lineares. De facto, após a apresentação das propostas é possível que se considere necessário proceder ao reforço da análise e identificação das necessidades, fundamentais para a solidificação do documento, mas deve ter-se sempre em linha de conta a urgência da elaboração e aprovação do documento. Por comparação com as três fases iniciais, este Relatório Final resulta das sugestões recolhidas através das interacções realizadas com os principais parceiros do território, bem como do levantamento das necessidades –



traduzíveis em projectos concretos – identificadas pela autarquia, apresenta medidas de intervenção e define a estratégia de execução do plano como resposta às condições objectivas encontradas, enunciando soluções que garantam a qualidade técnica da decisão.

Em termos concretos, o PAICD define as três prioridades estratégicas gerais da acção da autarquia da Ribeira Brava para o quadriénio 2017 – 2020, a saber: a) Reforço de competência da Câmara Municipal da Ribeira Brava na área da Acção Social e reforço da institucionalização da relação entre a autarquia e os parceiros sociais, locais e regionais; b) Respostas da autarquia às necessidades sociais identificadas; e c) Reforço das medidas tendentes à dinamização da actividade social e económica no concelho.

Para além das várias medidas enunciadas, consideradas pela Câmara Municipal da Ribeira Brava como prioritárias, sugere-se a constituição de um Gabinete Social Municipal e a realização do Fórum Municipal Social.

Enquadramento estratégico do PAICD

Enquanto instrumento prático, o PAICD da Ribeira Brava tem em consideração as necessidades sociais específicas e as oportunidades materiais de concretização existentes, determinantes intrínsecas, bem como as dinâmicas sociais e políticas plasmadas nas estratégias europeia, nacional e regional, e ainda a estratégia da RAM para o período referido, consideradas como determinantes extrínsecas.

A concepção do PAICD não pôde deixar de ter em conta as determinantes estratégicas europeias para o sector e a relação entre este e os demais no sentido da dinamização da actividade social e económica. Tendo em consideração este aspecto, assumiu particular relevância no contexto conjuntural deste plano a estratégia europeia resultante do Tratado de Lisboa (2008), designada Europa 2020.



A Europa 2020 assume como pilares fundamentais para o desenvolvimento o Crescimento Inteligente, o Crescimento Sustentável e o Crescimento Inclusivo. Não obstante ter-se verificado o dispersar de esforços da União na resolução da crise económico-financeira despoletada em 2008 e reforçada em 2011, as determinantes anteriores continuam a ser consideradas fundamentais na definição da Europa do século XXI. Na área social, o quadro geral das políticas europeias têm por finalidade alcançar maior equidade social, por via da actuação junto de populações social e economicamente desfavorecidas, consideradas tanto em termos de grupo ou classes sociais como em termos da sua distribuição territorial a uma escala europeia.

Apresentadas separadamente, as três dimensões são na realidade interdependentes. A aplicação prática do enquadramento europeu convida à concepção de abordagens inovadoras no campo social aplicadas ao nível local da governação. Esta opção é fundamentada não só pelo corpo teórico europeu de apoio à reflexão e à execução, mas também através dos diversos programas de apoio financeiro europeu ao desenvolvimento. Entre os vários programas europeus, damos como exemplo paradigmático o *Employment and Social Innovation (EaSI) Programme*, o qual agrega os três anteriores programas PROGRESS, EURES e *Progress Microfinance*. Releve-se o facto de que estes instrumentos financeiros e programáticos – geridos directamente pela Comissão - encontrarem-se disponíveis para os territórios europeus e que o âmbito dos mesmos destina-se principalmente a intervenções inovadoras no Serviço Social ao nível local.

O aspecto atrás referido é relevante na medida em que o diagnóstico prévio relativamente ao serviço social no concelho da Ribeira Brava aponta para a satisfação das necessidades do concelho nesta área, conforme referimos no ponto dedicado ao pré-diagnóstico (4º ponto). Se comparado com a prestação dos municípios madeirenses, o município da Ribeira Brava encontra-se numa posição privilegiada relativamente à qualidade do serviço prestado. A excepção incidirá eventualmente na necessidade de reforçar o número de vagas no âmbito da resposta social Centro de Dia e eventual reforço da Unidade de Apoio Integrado Domiciliário da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI), que é uma estrutura constituída por serviços de apoio



ao domicílio e de internamento de curta, média e longa duração, que prestam conjuntamente cuidados de saúde e de apoio social, promovendo a autonomia dos cidadãos, durante 24 horas por dia.

Sendo assim, o PAICD da Ribeira Brava contém uma linha de continuidade no sentido de auxiliar o trabalho já realizado pelas diversas instituições do concelho, mas prepara igualmente o município a curto e médio prazos para responder aos desafios que se colocam aos municípios madeirenses. Em concreto, a incidência principal do PAICD da Ribeira Brava prende-se com a protocolização da relação entre a edilidade e as referidas instituições e à identificação das necessidades destas instituições de modo a reforçar a qualidade do serviço. Mas, por outro lado, é igualmente importante preparar o futuro do serviço social no concelho, adaptando-o à evolução demográfica esperada mas também à estratégia geral para o concelho e à evolução do enquadramento jurídico do sector na RAM.

Quanto aos factores extrínsecos, assume importância a convocação de conceitos pertinentes e o enquadramento normativo regional. Este exercício reveste-se de valor acrescido dado o facto da comparação com os municípios do continente português, bem como com os da Região Autónoma dos Açores, colocar a Ribeira Brava, bem como os restantes municípios madeirenses, numa posição modesta relativamente à disponibilização de serviços sociais da responsabilidade directa da autarquia.

Entre os conceitos desenvolvidos, dá-se atenção à teorização e prática em torno do Desenvolvimento Local enquanto mecanismo potenciador do envolvimento dos agentes sociais do concelho, institucionais e particulares, na definição de uma estratégia abrangente e enquanto oportunidade para reforçar a relação de parceria entre a edilidade e as instituições sociais. No mesmo sentido, carece considerar o enquadramento normativo da acção do poder local na RAM. Diversamente do que ocorre no continente português e na Região Autónoma dos Açores, as possibilidades de acção das edilidades madeirenses são de âmbito mais reduzido por via da centralização administrativa no Governo Regional da Madeira, conforme referido supra. Do ponto vista técnico, a intervenção local afigura-se a mais adequada para responder atempadamente às necessidades da população.



O tempo presente é marcado pelo incremento da imposição dos cidadãos em relação aos que elegeram democraticamente e a quem confiaram, por essa via, a responsabilidade de solucionar os problemas relacionados com o seu bem-estar e qualidade de vida, e pela ambição de participação das populações nas decisões que mais directamente as afectam, no quadro democrático. É, assim, um tempo em que os poderes públicos, e também as autarquias locais, se têm de organizar efectivamente aos diversos níveis, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, entendido no sentido de que “o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos”, tendo em conta a natureza das tarefas a desempenhar e as exigências de eficácia e eficiência, conforme prescreve a Carta Europeia da Autonomia Local.

Pelo exposto, convencidos de que uma autarquia local investida de responsabilidades efectivas permite uma administração simultaneamente eficaz e próxima do cidadão e crenes de que o reforço da autonomia local constitui um contributo relevante para a construção de uma sociedade baseada nos princípios da democracia e da descentralização do poder, o PAICD da Ribeira Brava assume-se como um pilar no reforço da capacidade do Município da Ribeira Brava regulamentar e gerir, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse da respectiva população uma parte importante da política social e económica no concelho.

O PAICD da Ribeira Brava considera igualmente o enquadramento estratégico madeirense no âmbito do modelo de desenvolvimento europeu. Assim, são incontornáveis os planos estratégicos compromissoMadeira@2020 e RIS3 Madeira. O primeiro corresponde à estratégia geral para o território, reflectindo não só os constrangimentos mas também as principais linhas de força ou oportunidade que se apresentam à RAM, enquanto o segundo sistematiza a estratégia madeirense respeitante ao sector científico, enquanto sector contributivo para a dimensão Desenvolvimento Inteligente. Da leitura de ambos constata-se que ao sector do turismo - primordial na economia madeirense - é atribuído o papel de catalisador do desenvolvimento económico e científico da RAM. Partindo das projecções esperadas relativamente à evolução demográfica europeia, as quais apontam para o



envelhecimento populacional, bem como da especialização tendencial do turismo madeirense, a qual inclui a oferta direccionada para a população sénior, o compromisso Madeira@2020 (e por consequência o Madeira 2020) propõe a melhoria da prestação dos serviços destinados a suprir as necessidades da população sénior visitante. Por sua vez, a RIS3 Madeira, enquanto documento estruturador do desenvolvimento científico da RAM, integrante das políticas europeias para o sector, propõe que o desenvolvimento de competências e do conhecimento seja alavancado pelo sector do turismo, o qual, como se viu, dá particular atenção ao turismo sénior. A RIS3 Madeira determina igual relevância ao reforço da cultura científica entre a população madeirense, assumindo este propósito particular significado para o PAICD da Ribeira Brava, considerando a intenção de tornar este concelho um pólo de desenvolvimento científico.

Tendo em consideração a opção estratégica referida, importa precisar a possível relação desta com a acção da autarquia no âmbito da intervenção social. Para além das respostas sociais de cariz urgente, conforme identificadas, aposta-se no desenvolvimento de programas que visem aprofundar a cultura científica junto da população mais nova, através por exemplo da criação de programas ocupacionais das férias que ultrapassem a oferta clássica, e o desenvolvimento de programas que contribuam tanto para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos idosos (programas destinados à manutenção física) como para o reforço da participação activa destes no esforço de melhoria da qualidade do turismo madeirense. Um exemplo paradigmático da abordagem proposta, resultante do debate profícuo havido durante os encontros com os representantes das principais instituições particulares de solidariedade social e outras entidades privadas sem fins lucrativos operantes no concelho, trata-se de desenvolver um programa de cariz social-cultural-científico junto da população idosa através do qual será possível registar sistematicamente (de acordo com os preceitos antropológicos) as memórias, valores e conhecimentos práticos constituintes da identidade regional, um dos factores distintos do turismo madeirense e um dos factores fulcrais para o crescimento do sub-sector “turismo ecológico”.



O diagnóstico social da Ribeira Brava: o diagnóstico sintético

A elaboração de um PAICD parte da realidade concelhia apercebida e analisada previamente, actuando-se a partir da mesma com o objectivo de diminuir os constrangimentos sociais impeditivos de um desenvolvimento inclusivo do concelho. Por conseguinte, a sequência natural na elaboração de uma estratégia implica a existência prévia de um diagnóstico social, o qual para além de caracterizar a situação social aponta linhas de intervenção principais, seguindo-se a elaboração da estratégia e das acções concretas plasmadas no PAICD. Por comparação com as melhores práticas no campo, a realidade concelhia madeirense difere das demais em termos nacionais. A centralização de competências no Governo Regional da Madeira tornou até aqui desnecessária a elaboração de instrumentos de conhecimento e de avaliação por parte das autarquias da RAM. É este motivo que explica a inexistência na grande maioria dos municípios madeirenses de instrumentos de análise e reflexão sobre a realidade do sector social e de definição de prioridades de intervenção ao nível concelhio.

É neste contexto que se justifica a inexistência do Diagnóstico Social da Ribeira Brava, à semelhança do que ocorre com a esmagadora maioria dos municípios madeirenses – do nosso conhecimento apenas um concelho procedeu a esse trabalho -, um documento considerado fundamental porque estruturador (definidor) da intervenção municipal. Face à ausência do mesmo e tendo consciência da morosidade da sua elaboração optou-se por recorrer a metodologia e fontes que permitissem a elaboração deste plano no prazo disponível. Abaixo clarificamos o modo como procedemos à recolha da informação necessária à elaboração do plano. Por ora expliquemos sinteticamente o motivo pelo qual os Diagnósticos Sociais são ferramentas de elaboração demorada, embora de grande utilidade especialmente no contexto de aprofundamento das competências das autarquias na área social. Para um efectivo envolvimento da população e dos agentes sociais com trabalho e conhecimento relevantes na área ao nível do concelho, a metodologia mais comumente usada prevê o recurso a técnicas de recolha de informação de cariz quantitativo e de cariz qualitativo. Enquanto as primeiras dizem respeito ao conhecimento dos dados estatísticos e numéricos, de cariz objectivo,



as segundas dizem respeito às múltiplas técnicas que permitem a avaliação da situação social através do recurso a momentos de interação, os quais permitem conhecer de que modo é percebida a realidade sectorial que se verifica a dado momento e identificar quais as intervenções consideradas pertinentes pelos representantes dos parceiros sociais e pela amostra dos grupos sociais alvo que se podem criar. A utilização destes dois tipos de recolha de informação favorece o fortalecimento do diagnóstico. Pese embora a relativa subjectividade que resulta dos métodos subjectivos (dupla subjectividade na medida em que o resultado depende tanto dos participantes, como do técnico que interpreta a informação), o recurso aos mesmos apresenta a vantagem de proporcionar a participação da comunidade e de co-responsabilizar a sociedade na elaboração de um plano fundamental. No entanto, o uso deste método implica tempo - existem trabalhos desta natureza que para garantirem a qualidade necessária demoraram 12 meses ou mesmo mais tempo para serem concretizados -, tempo de que não dispúnhamos para a elaboração deste plano.

Apresentamos, por conseguinte, uma breve caracterização demográfica do concelho, através da qual é possível precisar a realidade social à data, confirmar ao nível concelhio as tendências demográficas conhecidas, objectivar ou confirmar a oferta social no concelho e identificar junto dos principais parceiros institucionais os projectos a médio prazo. Antes porém apresentamos a metodologia.

A metodologia utilizada para recolher a informação

Neste ponto pretende-se apresentar o método de recolha de informação utilizado, procurando explanar as vantagens do modelo escolhido bem como as lacunas identificadas, em relação às quais sugerimos acções para as eliminar.

A elaboração do PAICD da Ribeira Brava colocou o desafio de demonstrar de que modo um plano desta natureza podia tornar-se um instrumento útil ao concelho tendo em conta a realidade jurídica da RAM relativa ao sector, isto é, tendo em conta a quase ausência de competências das autarquias da RAM na área social (inexistência de delegação de competências dos órgãos do Governo Regional nos órgãos das autarquias



locais). Tendo-se constatado esta realidade, numa fase inicial considerou-se fundamental reflectir sobre os limites de competências das autarquias madeirenses. Com este fim, recorreu-se tanto à pesquisa bibliográfica, à análise documental, em particular à legislação nacional e regional respeitante ao sector. A segunda fase consistiu em precisar os dados estatísticos necessários e as entidades responsáveis pelos mesmos e que podiam ser fornecedores de informação. Foram solicitados dados estatísticos relativos aos grupos-alvo da acção social às seguintes entidades: Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM, IP-RAM); Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM); Serviço de Saúde da RAM, E.P.E. (SESARAM, E.P.E); Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM (ISSM, IP-RAM); Núcleo Local de Inserção da Ribeira Brava (NLI); Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública. Acresce a esta relação os dados relativos a áreas de competência da própria Câmara Municipal da Ribeira Brava. Relativamente aos dados do grupo-alvo Crianças e Jovens recorreu-se ao Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava (CPCJ) respeitante ao ano de 2015.

Os dados estatísticos de caracterização social do concelho, os directamente impactantes com a área social, elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Instituto Regional de Estatística da Madeira, a pesquisa bibliográfica relativa ao sector social, científico e criativo, e a análise da vasta documentação estratégica produzida pela União Europeia, são fundamentais na caracterização e no enquadramento estratégico do Plano.

Para além das reuniões realizadas com responsáveis de algumas instituições do concelho, momentos que serviram para o esclarecimento do propósito do plano, através de formulário ficou a conhecer-se a realidade objectiva da prestação dos serviços sociais prestados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades privadas sem fins lucrativos operantes no município, necessidades sociais identificadas pelas mesmas, assim como os seus projectos planeados para o médio prazo.



Tendências demográficas

A evolução demográfica do concelho da Ribeira Brava segue a tendência geral das sociedades contemporâneas desenvolvidas, observável nas sociedades europeia, nacional e regional (RAM). Relativamente à evolução do número de habitantes, constata-se que o município da Ribeira Brava manteve a população existente em anos anteriores, situando-se no ano de 2011 nos 13375 habitantes, distribuída por quatro freguesias (Ribeira Brava, Campanário, Serra de Água e Tabua), representando 4,99% do total da população da Região Autónoma da Madeira, e colocando-se na quinta posição entre os concelhos da Região com mais população e maior densidade populacional (205,8 hab/km²). Embora o crescimento populacional seja desigual entre freguesias, observa-se neste capítulo a tendência para o aumento populacional na freguesia da Ribeira Brava, apresentando esta metade da população do concelho (49,26%). Consideramos em seguida os dados dos Censos de 2011 que têm impacto na definição das políticas sociais do concelho, nomeadamente os dados relativos aos grupos-alvo do Serviço Social de intervenção da autarquia: Crianças e Jovens, Família e Comunidade, Idosos, Vítimas de violência doméstica e Toxicodependentes.

Idosos

No que diz respeito aos Idosos, os dados relativos à Ribeira Brava apontam para o envelhecimento da população, mas também para uma situação relativamente favorável em relação ao índice de envelhecimento, por comparação com os restantes municípios madeirenses. A Ribeira Brava situa-se entre os cinco concelhos da RAM cujo valor é inferior a 100, o que significa que “nestes municípios a população jovem (0-14 anos) é ainda superior à população idosa (65 e mais anos)”. No que concerne à percentagem de população com mais de 65 anos que revela “dificuldade na realização de actividades diárias, verifica-se que a RAM apresenta para este grupo etário dados relativamente semelhantes à média nacional (49.5%), embora ligeiramente superiores (51.4%). Entre as dificuldades apontadas surgem como principais a dificuldade de “andar” (28%), “ver” (19%), seguindo um grupo com valor muito próximos, entre os 14% e 15% “ouvir”, “memória/concentração” e “tomar banho/vestir-se. Situando-se nos 10%



encontra-se a dificuldade em “compreender/fazer-se entender”, resultado provável do baixo índice de escolarização nesta faixa etária.

Crianças e jovens

No que concerne a este grupo, dos 0 aos 18 anos, é pertinente ter em consideração os factores que podem favorecer a qualidade da formação desta faixa etária. Neste sentido, dados relativos ao ensino pré-escolar, dos 3 aos 5 anos, colocam a Ribeira Brava dentro da média da RAM (81%), a qual era à data superior à média nacional (73.5%). Releve-se que entre 2001 e 2011 a Ribeira Brava apresenta uma variação positiva das mais elevadas da Madeira, mas ainda se mantém num valor ligeiramente inferior ao valor do concelho do Funchal, dos municípios da costa Norte e da Calheta. Já quanto à “proporção da população da região da Madeira com 18-24 anos que já abandonou o sistema de ensino e que completou no máximo o 3º ciclo do ensino básico” a Ribeira Brava situa-se no intervalo entre os 25.7% e 31.3%, a par da Ponta do Sol, Calheta e Machico, quando a média da RAM é de 26,7%, por sua vez superior à média nacional (22.1%). Em 2011, a proporção de jovens da Ribeira Brava com idade entre os 20 e os 24 anos que completou pelo menos o ensino secundário situava-se no intervalo 49.6% e 53.7%, abaixo da média nacional (60.8%). Por último, quanto aos dados relativos à educação formal, regista-se que para o ano de referência os dados da população com ensino superior, população com 23 ou mais anos com ensino superior, a Ribeira Brava situava-se no intervalo 6.9 ; 8.7, quando a média na RAM é de 13.0% e a nacional de 15.1%). Neste indicador, a Ribeira Brava situa-se no grupo dos municípios com pior prestação na RAM.

Apesar da evolução positiva observada, a conjugação destes dados sugere a continuação, ou reforço, do investimento em medidas de suporte ao aluno do ensino superior, como já ocorre (nomeadamente o apoio à Formação Académica Superior e a atribuição de bolsas em parceria com a Universidade da Madeira e as empresas do concelho), e a concepção de programas de apoio ao ensino secundário e ainda o reforço da infra-estrutura dedicada ao apoio escolar existente na ADBRAVA (espaço multimédia).



Por sua vez, o Relatório Anual de Avaliação da Actividade de 2015 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Ribeira Brava aponta para uma evolução positiva na generalidade das situações. Relativamente ao “número de processos instaurados (36) e transitados (48) ‘correm’ na linha dos anos anteriores”. Quanto ao número de processos reabertos (12), considera a CPCJ que tal facto “representa um retrocesso para todo o trabalho efectuado no âmbito da promoção e protecção dos direitos das crianças”. Segundo esta Comissão esta “contrariedade” deve ser “assumida como um ponto fraco ao nível das respostas institucionais concelhias, nas quais ainda se constata um minguado conhecimento do objecto da Lei de Protecção de Crianças e Jovens. Por outro lado, é igualmente destacada a “evidência de um elevado número de processos arquivados na fase preliminar (46), situação esta, regra geral, associada a problemáticas que não constituem situação de perigo nos termos do artigo 3.º, e que não observam os princípios orientadores previstos no artigo 4º, ambos da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro”, em particular o princípio da intervenção mínima e o princípio da subsidiariedade. Segundo a CPCJ estas “sinalizações intempestivas” são “potenciadoras de descrença institucional de/nas intervenções futuras”.

Acresce que a baixa escolaridade dos elementos que compõem os agregados familiares das crianças e jovens sinalizadas na CPCJ “poderá implicar uma baixa valorização da formação académica e um não reconhecimento da escola como factor de valorização e qualificação de cidadãos activos, responsáveis e interventivos, facto verificado pelo aumento das situações de absentismo e insucesso escolar, muitas vezes acompanhadas pela adopção de comportamentos de risco com os quais os pais não sabem lidar, e a dificuldade de estabelecer regras e limites é cada vez mais notória”.

Família e comunidade

No que diz respeito a este grupo, devem ser tomados em linha de conta os dados relativamente ao número de famílias monoparentais, cujo valor na RAM (19.7%) é superior ao valor nacional (14.9%). Neste conjunto, o concelho da Ribeira Brava encontra-se entre os concelhos da RAM com maior incidência destes, apresentando, em 2011, valores superiores a 20.0%.



Quanto ao número de desempregados no concelho da Ribeira Brava, segundo o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, em Janeiro deste ano existiam 1055 pessoas nesta circunstância, com distribuição por género a indicar 628 homens (59.5%) e 427 mulheres (40.5%). Note-se também que 86.5% corresponde a cidadãos com 25 ou mais anos. Acresce que o valor do desemprego igual ou superior a um ano é maior do que o desemprego de curta duração e que se a variação homóloga (-3.8%) é positiva já quanto à variação do mês anterior o valor cresce 3.6%.

A conjugação dos dois valores deve ser tomada em consideração com vista à adopção de medidas de suporte social na área da competência da autarquia, aspecto que será posteriormente aprofundado no âmbito deste plano. Neste sentido serão analisadas soluções possíveis a partir de exemplos fornecidos por programas já concretizados por outras autarquias. Um exemplo de acção nesta área é o apoio social ao arrendamento.

Toxicodependentes

Conforme informação do SESARAM, E.P.E., relativamente a esta problemática social são apontados doze (12) indivíduos do concelho da Ribeira Brava ativos e inscritos na Unidade de Tratamento da Toxicodependência. Contudo, independentemente do número de casos acompanhados no sistema regional de saúde, sugerem-se acções de prevenção. Neste sentido, como medida de prevenção, para além de uma campanha de sensibilização, pretende-se concretizar um Manual Informativo a exemplo do que é realizado por outras autarquias.

Serviços Sociais no concelho da Ribeira Brava

Como antes referido, face à realidade da RAM o concelho da Ribeira Brava encontra-se relativamente bem provido de serviços sociais. Tendo em consideração este cenário, um dos propósitos da autarquia ribeirabravense para este plano prende-se precisamente com a necessidade de reforçar o apoio ao trabalho já realizado pelas instituições que operam no território. Neste sentido, para um efectivo e adequado plano da autarquia foi



solicitada aos parceiros sociais referidos a informação sobre a prestação do serviço social.

Abaixo apresentam-se as instituições que responderam ao formulário, as respostas sociais disponibilizadas e a capacidade/lotação:

Quadro 1: IPSS e outras entidades privadas sem fins lucrativos no concelho da Ribeira Brava, respostas sociais disponibilizadas e a capacidade/lotação, em 2016

| IPSS | Resposta Social | Capacidade | |
|--|--|--|----|
| Associação de Solidariedade Social Crescer Sem Risco | Apoio Pedagógico | 30 | |
| | Ocupação de Tempos Livres | 30 | |
| | Campo de Férias | 30 | |
| | ATL Páscoa | 30 | |
| | Formação | 20 | |
| | Atelier de Artes Plásticas | 20 | |
| | Intercâmbios | 5 | |
| | Colónia de Férias | 30 | |
| | Visitas de Estudo | 30 | |
| | Espaço Net | 2 | |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava | Loja Social (Roupa/Alimentos) | | |
| | Mobilidade e Acessibilidades | | |
| | Recuperação Habitacional | | |
| | Tele Assistência | | |
| | Apoio com material escolar | | |
| | Curso em parceria com a Academia de Línguas da Madeira | | |
| Associação Desportiva do Campanário | Idoso Activo em Casa | 30 | |
| | Ginástica Sénior | 120 | |
| | Natação Sénior e Hidroginástica | 50 | |
| | Snoozelen | 20 | |
| | Passeios Temáticos na Madeira | 50 | |
| Centro Social e Paroquial de São Bento | Lar de Idosos | 41 | |
| | Residência para Idosos | 14 | |
| | Centro de Dia | 18 | |
| | Centro de Dia do Campanário | 15 | |
| | Centro de Convívio do Campanário | 15 | |
| | Centro de Convívio do Lugar da Serra | 30 | |
| | Centro de Convívio da Furana | 20 | |
| | Casa de Abrigo | 20 | |
| | SAD | 462 | |
| | Rede Reg. de Cuidados Continuados Integrados | 20 | |
| | Centro Social Paroquial da SS Trindade da Tabua | Lar Intergeracional (valência idosos) | 36 |
| | | Lar Intergeracional (valência crianças e jovens) | 12 |
| | | Centro de Acolhimento Gracinda Tito | 21 |



Programas Sociais da Autarquia

Como podemos verificar abaixo, no campo das políticas sociais é de relevar igualmente a prestação da autarquia. Em relação aos três primeiros programas (3.4.1.; 3.4.2.; 3.4.3) resta apenas introduzi-los no PAICD da Ribeira Brava. Quanto aos restantes importa regulamentar a sua actividade de modo a poder beneficiar dos fundos europeus para a área social.

- Apoio a formação académica superior
- Bolsas em parceria – CMRB e Uma e empresas do concelho da Ribeira Brava
- Cartão Jovem Municipal (Câmara Municipal da Ribeira Brava)
- Acompanhamento de Família carenciadas
- Apoios a instituições privadas sem fins lucrativos
- Dia da Saúde
- Dia do Idoso
- Apoio a Famílias carenciadas
- Apoio em transporte

Necessidades identificadas / Respostas previstas

| | | Necessidade identificada | Resposta Social Prevista |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Instituição Particular de Solidariedade Social | Associação de Solidariedade Social Crescer Sem Risco | Melhoria das condições de segurança | Obras de recuperação do espaço |
| | | Aumento do número de utentes | Equipamento de cozinha |
| | | Abertura do Espaço Net à | Actualização do equipamento |



| | | | |
|--|---|---|--|
| | | comunidade local | informático |
| | | Maior mobilidade e acesso às actividades por parte dos utentes | Transporte |
| | Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava | Melhorar o apoio social à 3ª idade | Apoio em Ajudas Técnicas |
| | | Criação de um programa que vise melhorar a nutrição das crianças do concelho | Apoio alimentar às crianças e actividades sobre nutrição. |
| | | Recolha e entrega de livros escolares | Entrega de livros e manuais escolares |
| | Associação Desportiva do Campanário | Programa destinado a todos os utentes já desenvolvidos de momento “Campanário com Vida” | Ginástica ao ar livre; ginástica, natação e hidrogenástica; idosos com mobilidade; e ginástica ao domicilio individualizado |
| | Social Centro Paroquial de São Bento | Respostas à problemática das demências, nomeadamente a doença de Alzheimer | Unidade para doentes de Alzheimer com capacidades: Unidade de dia (45 utentes); Unidade de internamento (18 utentes) |
| | Social Paroquial da SS Trindade | Aumento da capacidade do Lar de idosos | + 6 camas |



| | | | |
|--|--|--|---|
| | | Ocupação de Tempos Livres - Idosos | Centro de Dia |
| | | Ocupação de Tempos Livres – Jovens e formação para a família | Centro comunitário |
| | | Acesso aos serviços | Loja do Município |
| | | Gabinete de Apoio Técnico | Apoio técnico em termos burocráticos (1 dia por semana em cada freguesia) aberta a toda a população |
| | | Estrutura de apoio a serviço voluntário | Serviço de apoio à população idosa com limitações para “dar as suas voltas” |
| | | Mais e melhor resposta formativa a nível de cursos profissionais | Maior oferta de cursos e maior facilidade de transporte para aceder aos centros de formação. |
| | | (prioritário) Maior oferta de transporte público para a população em geral | Criação de um serviço municipal de transporte para apoiar as actividades formativas e sociais. |

Conclusão

A realização do diagnóstico social apresentado supra, embora sintético, mostra as vantagens e desvantagens da utilização de modelos de análise e de planeamento que convocam a população. Se por um lado percebe-se facilmente que a complexidade de tais modelos origina o uso de tempo longo, por outro lado adivinha-se a sua utilidade na



diversidade de respostas recebidas através do preenchimento do formulário simples enviado aos parceiros sociais. É notório que, em alguns casos, as respostas extravasam o âmbito do objectivo, para além de que a interpretação dada ao mesmo item nem sempre é coincidente entre os diversos elementos auscultados, mas elas sugerem leituras pertinentes para o PAICD da Ribeira Brava.

Uma das acções sugeridas como prioritária diz respeito à necessidade da Câmara Municipal da Ribeira Brava conceber mecanismos de conhecimento, de acção e de relação com os parceiros sociais concelhios. Tal justifica-se pelo facto de se verificar a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade social do concelho, isto é, dar-lhe forma científica e técnica, bem como concluir-se que algumas necessidades identificadas podem ser colmatadas pela autarquia. A indispensabilidade de avaliação resulta do carácter vago da informação prestada, facto que se relaciona com o modelo de análise utilizado. Importa, por isso, melhorar os instrumentos de conhecimento de modo a permitir precisar melhor, por exemplo, o tipo de acções realizadas no âmbito dos ATL e das colónias de férias, e verificar oportunidades de intervenção com vista a contribuir para o desenvolvimento de actividades diversificadas. De acordo com o enquadramento estratégico, sugere-se o desenvolvimento de competências no campo da cultura, no sentido humanista do termo, e da ciência. Desta forma, os programas sociais da autarquia estarão a contribuir para a estratégia geral do concelho. Quanto às sugestões que justificam a evolução da acção da autarquia na área social de um regime esporádico e desestruturado para um regime de prestação continuada e estruturado, destaque-se o “Gabinete de Apoio Técnico”, a “Estrutura de apoio a serviço voluntário”, a “Maior oferta de cursos e maior facilidade de transporte para aceder aos centros de formação”. Por outro lado, importa reforçar a relação de parceria entre a autarquia e as IPSS e outras entidades privadas sem fins lucrativos do concelho, bem como criar as condições necessárias à reflexão sobre a realidade social do concelho e as políticas sociais. Daí, por conseguinte, a realização de um Fórum Social Municipal.

Outras propostas enquadram-se no conjunto de projectos a realizar pelas instituições, destinadas em última análise à melhoria da prestação do serviço social, quer seja através da beneficiação ou aumento da capacidade dos equipamentos sociais, quer pela via da



criação de programas específicos. São exemplo desta categoria, para além das obras de beneficiação, a “Recolha e entrega de livros escolares”, sugerida pela Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava. Estas sugestões convidam à criação de programas de interligação entre a autarquia e as instituições do concelho ou a protocolização dos serviços sociais propostos, de modo a desenvolve-los em regime de parceria. Importa referir que a realização de protocolos de colaboração institucional entre a autarquia e as referidas instituições com vista ao reforço da qualidade do serviço, bem como à criação de condições de financiamento comunitário, através de candidaturas aos programas europeus realizados pela edilidade, encontra sustentação jurídica na alínea v), do número 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. O protocolo, bem como o regulamento de previsão do apoio financeiro às IPSS e outras entidades privadas sem fins lucrativos, deve estipular as condições e os termos em que Câmara pode prestar serviços em parceria com estas entidades do concelho.

Enquanto isso, um terceiro grupo de propostas sugerem uma acção específica da autarquia em termos de disponibilização das condições necessárias à efectivação de projectos existentes. O exemplo paradigmático deste grupo é o programa de ginástica disponibilizado pela Associação Desportiva do Campanário, especificamente as acções realizadas ao ar-livre. A intervenção da autarquia a este nível pode realizar-se por duas vias: o apoio à expansão do serviço social a todo o concelho e a criação de condições físicas-materiais para a prática de exercício físico intergeracional, de que é exemplo a constituição ou melhoria da rede de parques desportivos e de lazer intergeracionais do concelho da Ribeira Brava.

Importa igualmente relevar a necessidade de aumentar a transparência dos programas da autarquia na área social, através da regulamentação dos mesmos e através de uma mais efectiva divulgação e actualização do sítio da internet da autarquia. Aliás, como corolário da consagração da menção expressa ao princípio da transparência enquanto princípio fundamental da Administração Local no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (arts. 7.º e 90.º). Como afirma Luís Filipe Colaço Antunes, “[u]ma Administração opaca infantiliza, uma Administração transparente esclarece e



tranquiliza”. Por esta via, a edilidade dará a conhecer o trabalho realizado no campo social, estará em condições de melhorar os serviços prestados por via das sugestões recebidas e evitará os projectos redundantes. O programa de reutilização de livros escolares, proposto pela Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava, é um exemplo paradigmático deste conjunto. A necessidade de reformulação e melhoria dos regulamentos municipais justifica-se ainda pelo facto de algumas necessidades sociais identificadas a partir da leitura dos diversos dados sugerirem a formalização e comunicação formal dos apoios sociais camarários já em fase de concretização e que respondem a necessidades identificadas, sendo disto exemplo o apoio a “família monoparentais” e em situação de “desemprego”.

A análise dos dados demográficos cruzada com as respostas sociais proporcionadas pelas IPSS e outras entidades privadas sem fins lucrativos do concelho sugerem o suprimento da necessidade da resposta Centro de Noite, resposta social que funciona em equipamento de acolhimento noturno, dirigido a pessoas idosas com autonomia que durante o dia permaneçam no seu domicílio e que por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite. De resto, como já referido, o nível de prestação de serviços sociais disponibilizados no concelho da Ribeira Brava coloca este território numa posição cimeira a nível regional. Urge, não obstante, potenciar e reforçar a prestação social no concelho, em particular o desenvolvimento de competências municipais, com o objectivo de posicionar o Município da Ribeira Brava ao nível dos melhores do país.

Por último, da leitura do relatório de actividades de 2015 da CPCJ da Ribeira Brava conclui-se claramente a necessidade de melhorar o processo de identificação dos problemas sociais, sob pena de desacreditação da acção desta entidade.

Em conclusão geral, verifica-se a necessidade da criação de uma equipa de trabalho que dê resposta continuada não só à gestão diária dos diversos programas sociais camarários junto dos cidadãos ribeirabravenses mas também à gestão da relação interinstitucional diária com os agentes sociais relevantes para o concelho.



O PAICD como instrumento de intervenção social

O presente PAICD foi estruturado com base nos princípios e no programa de ação que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal subscreveu, com as devidas ressalvas que dizem respeito às características intrínsecas ao contexto de Portugal, da Região Autónoma da Madeira e, em particular, do Concelho da Ribeira Brava.

Assim, consideramos pilares do Desenvolvimento Social:

- “a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);

- “a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a protecção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc.; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.”

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam, por sua vez, sobre os seguintes pressupostos:



- 1) Uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.
- 2) A transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, promovendo as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo as estruturas de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

Assim, o PAICD da Ribeira Brava é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Visa não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação da comunidade e da execução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida da população. O PAICD projecta uma situação social desejável, mas também realista no Concelho e Freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

A elaboração do PAICD da Ribeira Brava resulta do esforço de articulação entre vários sectores e vários parceiros, possibilitando a integração no Concelho e nas Freguesias das medidas e políticas definidas nos vários níveis da Autarquia, dos Governos regional e nacional, nos vários sectores da sociedade civil e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação ao contexto local, potenciando as respetivas complementaridades e diagnosticando as suas fragilidades; permite a racionalização e a adequação dos recursos e das iniciativas em curso na comunidade do Concelho da Ribeira Brava, através da articulação dos serviços e das organizações; permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução; permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações possibilitam.



Com o PAICD da Ribeira Brava, procuramos centralizar as preocupações nas pessoas e comunidade-alvo, já que este permite: conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a “boas práticas” já implementadas, procurando minorar os efeitos da contingência dos financiamentos a projetos e assegurando a sustentabilidade de percursos no sentido da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pela população-alvo; combater as causas e não só as manifestações dos problemas e contribuir para o desenvolvimento de ações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento; envolver progressivamente a comunidade na busca de soluções adequadas às situações.

Do ponto de vista das instituições envolvidas, o PAICD da Ribeira Brava permite: influenciar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria; facultar o acesso a recursos e informação que poderão fundamentar as suas intervenções, contribuindo para atenuar algumas das desigualdades existentes; valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projecto conjunto.

Orientações estratégicas do PAICD da Ribeira Brava.

Conforme identificado na análise acima realizada, a prestação do município da Ribeira na área social posiciona-o, em termos regionais, numa posição cimeira no que às respostas sociais do concelho concerne. Contudo, identifica-se claramente a ausência de respostas sociais mais diversificadas ao nível, por exemplo, do cruzamento entre a área social e outros sectores de actividade. É disto exemplo a inexistência de programas de índole cultural (por exemplo, a inexistência de um teatro intergeracional) e de índole científica (enquadrado na perspectiva de desenvolvimento de competências neste campo da população em geral com vista a preparar o território para prover serviços e, por outro lado, para poder beneficiar do desenvolvimento científico projectado para o território. Relacionado com o último aspecto, importa ainda criar as condições para reforçar as competências sociais e profissionais, adequando-as às necessidades do concelho e à



necessária inovação quanto à criação de emprego de cariz local. Neste sentido, as teorias de Desenvolvimento Local fornecem um útil enquadramento.

Assim sendo, a acção da autarquia a curto e médio prazos deve tomar em linha de conta as oportunidades existentes no território, mas também as fraquezas identificadas. Em concreto, é evidente a oportunidade de desenvolvimento das competências da edilidade, tendo por objectivo tanto a melhoria do serviço prestado à população, como o reforço da relação de parceria com as IPSS e outras entidades privadas sem fins lucrativos da Ribeira Brava. É também notória a necessidade de reforçar o apoio às respostas sociais já realizadas, vertente de continuidade que pode auxiliada financeira e tecnicamente através dos instrumentos financeiros colocados à disposição dos municípios pelo orçamento comunitário. Por último, num contexto de crise e de carência de emprego, importa melhorar e adequar as competências profissionais no concelho junto da população desempregada, devendo-se perspectivar esta intervenção como uma oportunidade para diversificar o tecido produtivo local, inovando em termos de oferta, afirmando-se inovação na fileira tradicional particularmente importante neste contexto.

Tomando em consideração o acima exposto, o PAICD da Ribeira Brava é guiado por três Orientações Estratégicas:

OE1: Actuar de forma continua nas repostas sociais às necessidades sociais identificadas;

OE2: Aumentar e adequar as competências sociais e profissionais dos cidadãos e contribuir para a diversificação da economia local;

OE3: Reforço da capacitação institucional e interinstitucional da autarquia;

Eixos de intervenção específicos

Os Eixos abaixo apresentados correspondem a um nível de maior objectividade das orientações estratégicas atrás referidas. Este modelo de estruturação permite melhor



definição, concretização e controlo mais efectivo das acções. Partem de uma determinante geral, apresentam o propósito específico e concluem com a apresentação de medidas concretas associadas.

As sugestões reflectem a dupla perspectiva possível por parte da autarquia relativamente ao tipo de acção a realizar e ao tipo de relação com os parceiros sociais na área social. Por um lado, a necessidade de desenvolver programas específicos e, por outro lado, a necessidade de auxiliar o desenvolvimento de respostas sociais pelos parceiros.

OE1: Actuar de forma continuada nas repostas sociais às necessidades sociais identificadas

Este eixo estratégico visa responder às necessidades sociais identificadas, tanto em termos de programas sociais específicos como em relação à melhoria da qualidade dos equipamentos sociais existentes com vista ao desenvolvimento de actividades saudáveis.

Eixo 1: Família e Comunidade

| Objectivo estratégico | Estratégia | Objectivo específico |
|--|--|---|
| Melhorar ou desenvolver repostas e acções concelhias no âmbito do desenvolvimento das competências pessoais. | Actuar junto das crianças e jovens da Ribeira Brava (Estabelecimentos de Educação) | Concretizar o Plano Concelhio de Desenvolvimento Pessoal e Social e Tecnológico destinado ao público infanto-juvenil. |
| | | Criar a Estratégia de Parcerias Institucionais da Câmara Municipal da Ribeira Brava na área infanto-juvenil. |
| | Actuar junto da população em geral | Criar a Semana da Família da Ribeira Brava. |
| | | Criar a Estratégia de Parcerias Institucionais da Câmara Municipal do Ribeira Brava. |
| | | Criar o Grupo de Teatro Intergeracional da Ribeira Brava. |
| Criar a Estratégia para o Desenvolvimento das Competências Pessoais da População da Ribeira Brava. | | |
| Aumentar a sensibilização dos | Actuar junto da população em fase de | Criar o Gabinete de Apoio ao Município. |



| | | |
|--|---|---|
| grupos alvo para os comportamentos de risco | transição para a idade adulta. | Criar um plano de prevenção das situações de risco associada aos rituais de passagem para a idade adulta. |
| Melhorar as respostas do município para as famílias com crianças até aos 12 anos de idade. | Identificar as necessidades e definição de acções no que concerne ao atendimento familiar, na perspectiva da procura e da oferta, avaliando em particular a conciliação entre a vida profissional e familiar. | Elaborar o Relatório de avaliação das necessidades das famílias do Concelho da Ribeira Brava |
| Melhorar as condições gerais do parque habitacional da Ribeira Brava | Reabilitar o tecido predial do concelho da Ribeira Brava, desenvolvendo parcerias com as empresas locais. | Criar um programa de Apoio à Reparação e Beneficiação de Habitações dos agregados familiares do Concelho. |
| | | Criação do Gabinete Técnico de Apoio ao Município. |
| | | Concretizar um programa de apoio a pequenas reparações no domicílio. |
| Melhorar a oferta da autarquia quanto à necessidades de Lazer e de quebra da rotina. | Proporcionar alterações da rotina de vida, as vivências em grupo e em espaços diferentes e fomentar a capacidade criadora e do espírito de iniciativa. | Concretizar o Centro de Férias e Lazer da Ribeira Brava. |
| Melhorar a resposta da autarquia em relação às situações de carência social e de apoio à Vida. | Proporcionar um espaço de acolhimento temporário dos cidadãos até ao encaminhamento para a resposta social mais adequada. | Concretizar o Centro de Alojamento Temporário da Ribeira Brava. |
| | Proporcionar um espaço de resposta social de acompanhamento de mulheres grávidas e/ou com filhos recém-nascidos em situações de risco social e emocional. | Concretizar o Centro de Apoio à Vida da Ribeira Brava (CAV). |
| Melhorar a resposta da autarquia relativamente às | Proporcionar a distribuição de géneros alimentícios | Criar o regulamento de parcerias entre a autarquia e as instituições do concelho com vista à satisfação das necessidades alimentares. |



| | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|--|
| situações de carência alimentar. | às famílias carenciadas do concelho | Conceber o programa Ribeira Brava Nutrida. (Este programa tem como objectivo principal a satisfação das necessidades alimentares da população carenciada, mas pode contribuir em pequena escala para a melhoria do rendimento dos produtores e dos comerciais locais, caso sejam privilegiados na relação dos fornecedores. O programa conta igualmente com acções de informação/formação em nutrição) |
|----------------------------------|-------------------------------------|--|

Eixo 2: Idosos

| Objectivo estratégico | Estratégia | Objectivos específicos |
|--|---|---|
| Promover os direitos e a proteção das pessoas idosas. | Desenvolver a capacidade de resposta técnica da edilidade nas áreas do envelhecimento activo e da promoção e proteção das pessoas idosas. | Elaborar os procedimentos gerais conducentes à instalação de uma Comissão Municipal da Pessoa Idosa. |
| | | Elaborar o mapeamento dos idosos em situação de risco. |
| | | Criação da Plataforma Informática a ser gerida e alimentada pelos parceiros estrategicamente identificados, garantindo a actualização da informação. |
| | Melhorar o “empowerment” dos idosos residentes na Ribeira Brava. | Realizar duas acções para as pessoas idosas de divulgação / sensibilização sobre os seus direitos. |
| Aumentar a integração geográfica e social da população idosa. | Combater o isolamento geográfico e social. | Criar em meio rural e urbano espaços de encontro intergeracionais. |
| | Promover as redes de vizinhança no Concelho. | Realizar uma campanha de sensibilização para a população do Concelho sobre a importância do “vizinho solidário” e dos comportamentos a ter. |
| Aumentar as respostas sociais do município adequado ao perfil e necessidades dos idosos. | Criação de respostas ou adequação das respostas disponíveis relativamente à nova realidade do envelhecimento. | Concretizar o programa um banco de ajudas técnicas destinadas à população idosa. |
| | | Implementar um Fundo de Apoio Social que contemple apoio à medicação. (definidos vários programas: 1 programa para e outro para medicamentos, alimentação e produtos de higiene.) |
| | | Garantir a integração dos idosos isolados em espaços comunitários. |
| | | Realizar pelo menos uma acção de formação dirigidas a cuidadores (voluntários, familiares e profissionais). |
| | | Concretizar um Centro de Noite no território da Ribeira Brava |
| | | Criar a rede de Acolhimento Familiar |
| Aumentar a qualidade de vida dos idosos residentes na | Aumentar os níveis de literacia dos idosos do concelho. | Criar um programa de formação e aprendizagem destinada à população idosa, com limite temporal 2020, definindo parcerias institucionais. |



| | | |
|---|--|--|
| Ribeira Brava, garantindo o envelhecimento saudável e activo. | | Concretizar dois Workshops subordinados a temas específicos relacionados com a população idosa. |
| | Melhorar as respostas do concelho em relação à vida activa da população idosa. | Criar o programa municipal de intercâmbios de voluntariado sénior. |
| | Melhorar as respostas do concelho em relação ao exercício físico dos idosos do concelho. | Criar um plano de actividades físicas para os idosos, potenciando as parcerias com instituições do concelho. |
| | | Concretizar uma semana desportiva intra-municipal orientada para a população idosa, com realização anual. |
| Potenciar a participação dos idosos na dinamização cultural, tornando-os parte activa no reforço da identidade do concelho. | Concretizar um programa com vista à recolha das tradições do concelho, com a participação activa dos idosos. | |
| | Concretizar um grupo cultural vocacionado para a transmissão e divulgação das tradições do concelho. | |
| | Concretizar um programa com aplicação de novas tecnologias com vista ao fortalecimento dos laços familiares. | |

Eixo 3: Equipamentos de Tempos Livres e outras respostas sociais adequadas ao perfil e necessidades da população do Concelho

| Objectivo estratégico | Estratégia | Objectivos específicos |
|---|--|--|
| Promover actividades incentivadoras de estilos de vida saudáveis nas crianças e jovens. | Identificar a oferta existente neste campo no concelho e definição de áreas de actuação. | Identificar as acções actualmente em execução no concelho e definir um plano de promoção e adopção de estilos de vida saudáveis destinado à população infanto-juvenil. |
| Promover actividades incentivadoras de estilos de vida saudáveis na população adulta. | Identificar a oferta existente neste campo no concelho e definição de áreas de actuação. | Identificar as acções actualmente em execução no concelho e definir um plano de promoção e adopção de estilos de vida saudáveis destinado à população adulta. |
| Reforçar as infra-estruturas municipais destinadas à manutenção física com vista a | Criar infra-estruturas de proximidade potenciadoras de exercício físico saudável. | Criar a rede de parques físicos intergeracionais da Ribeira Brava. |



| | | |
|---------------------------------------|---|---|
| adopção de um estilo de vida saudável | Reforçar as competências técnicas do município na área do exercício físico e disponibilizá-la à população | Concretizar um plano de exercício físico destinado à população idosa e infanto-juvenil, disponibilizando o acompanhamento de proximidade. |
| | Reforçar a oferta da autarquia no que concerne às actividades de ocupação de tempos livres. | Conceber e concretizar um plano de férias e lazer destinadas à população idosa e público infanto-juvenil, identificando acções, competências profissionais e recursos humanos e materiais necessários, bem como instituições parceiras. |

OE2: Aumentar e adequar as competências sociais e profissionais dos cidadãos e contribuir para a diversificação da economia local.

A resposta da autarquia neste campo estrutura-se em torno da dupla perspectiva assente no desenvolvimento de competências sociais e profissionais, com o objectivo de facilitar a integração no mercado de trabalho da população do concelho, e também na criação das condições necessárias à diversificação da economia local, por via da revitalização dos sectores tradicionais e por via da criação de novas actividades a partir do potencial existente no território da Ribeira Brava.

O PAICD relativamente a esta matéria incide sobre os factores sociais e profissionais, estando em consonância com a estratégia de desenvolvimento económico da autarquia.

Eixo 4: Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional

| Objectivo estratégico | Estratégia | Objectivos específicos |
|--|------------------------------------|---|
| Promover a inserção no mercado de trabalho | Proporcionar formação e educação e | Concretização de um plano de formação relativo a competências sociais, pessoais e profissionais, o qual incluirá identificação de necessidades, identificação das áreas estratégicas para o concelho e de parceiros credenciados. |



| | | |
|--|---|---|
| | certificação de competências a população com baixas qualificações. | Promover uma acção de melhoria de competências sociais e pessoais dos desempregados do concelho. |
| | | Proporcionar uma acção de formação profissional com certificação escolar direccionada aos desempregados não qualificados da Ribeira Brava com recurso a parceiros credenciados. |
| | Reforçar a acção da autarquia no âmbito da inserção no mercado de trabalho. | Criar e concretizar o plano da autarquia no âmbito da ocupação e formação em contexto de trabalho. |
| | | Concretizar uma acção de divulgação pelas entidades empregadoras do Concelho dos apoios concedidos pelo IEM, IP-RAM para a contratação de desempregados. |

OE3: Reforço da capacitação institucional e interinstitucional da autarquia

As medidas propostas neste eixo são interdependentes com as que se encontram presentes nos eixos precedentes. Face à necessidade de estruturar e reforçar a oferta da autarquia na área social, entende-se que, a par da resolução de situações de necessidades sociais prementes, estas acções devem assumir carácter prioritário. Sem um trabalho de base, em termos da capacitação da autarquia nesta área não será possível concretizar de forma cabal as medidas apresentadas nos eixos anteriores.

Eixo 5: Reforço da capacitação institucional e interinstitucional da CM Ribeira Brava

| Objectivo estratégico | Estratégia | Objectivos específicos |
|--|--|--|
| Reforçar a capacidade de resposta da autarquia relativamente às situações de exclusão social | Proporcionar respostas sociais especializadas na prevenção e reparação de situações de exclusão social | Constituir o Gabinete Social Municipal, da CM Ribeira Brava |
| | Criar e dinamizar a rede de parcerias institucionais | Criar e operacionalizar o Fórum Social Municipal da Ribeira Brava Criar a Plataforma Informática a ser gerida e alimentada pelos parceiros estrategicamente identificados, garantindo a actualização da informação. |



| | | |
|--|--|--|
| | | Criar a Estratégia de Parcerias Institucionais da Câmara Municipal do Ribeira Brava. |
|--|--|--|

Bibliografia

- Relatório anual do CPCJ da Ribeira Brava;
- Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social, ISCTE, 2005;
- Inovação Organizacional e Desenvolvimento nas Regiões Pobres, Sociologia Problemas e Práticas, 1997;
- Manual Novas Formas de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Nuno Carvalho, Manuel Lisboa, Ana Roque, 2009 de Apoio ARU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2013;
- O Estado-Providência em Portugal, estratégias contraditórias, Juan Mozzicafreddo, Sociologia - Problemas e Práticas, nº 12, 1992;
- PAICD Santarém (2014 - 2017), Conselho Local de Acção Social de Santarém;
- PAICD Vieira do Minho (2005 - 2008), Conselho Local de Acção Social de Vieira do Minho;
- Plano Desenvolvimento Social Mirandela, plano de acção 2013, Rede Social de Mirandela;



- Políticas e Respostas Sociais de Apoio à Terceira Idade em Portugal, O caso do concelho de Vila Verde, Maria Fernanda Martins Lima, Univesidade do Minho, 2013;
- Social policy in the European Union, state of play 2015, ETUI aisbl, 2015;
- Solidariedade, Inovação Social e Empreendedorismo no Desenvolvimento Local, Maria Ramos, Universidade do Porto, 2013;
- The European Union as a Model for Regional Integation, Council on Foreign Relations, 2010;
- The Formation of the Mixed Human Races, Armand de Quatrefages, Anthropological Review, Vol. 7, No. 24 (Jan., 1869), pp. 22-40;
- The Future of Jobs, World Economic Forum, 2016;
- The Social and Economic Value of Cultural Heritage literature review, Cornelia Dümcke and Mikhail Gnedovsky, European Expert network on culture (EENC), 2013;